



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS

PORTARIA Nº 371/2014 - SRH

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III artigo 4º do capítulo III da Lei Estadual 12.603 de 07 de abril de 1.995, da Portaria SEMARH nº071 de 10/05/2012 e do que consta o Processo nº **12.734/2.013 – 32.069**,
RESOLVE:

Art. 1º - Outorgar a **Élio Leite Morais**, CPF/CNPJ Nº **187.219.581-49**, por **12 (doze) anos** o uso das águas estaduais localizado na **Fazenda Cachoeira e Cachoeirinha do Diamante**, município de **Petrolina de Goiás**, Estado de Goiás, conforme abaixo relacionado:

MANANCIAL:	Afluente sem denominação do Ribeirão Pantanal
COORDENADAS:	16°07' 02,4"S e 49°25' 44,9"O
VAZÃO DO MANANCIAL:	5,00 L/S medido em 27/07/2.013
TIPO DE USO:	BARRAMENTO
CARACTERÍSTICAS DO BARRAMENTO:	ÁREA INUNDADA: 13.300,00 M² VOLUME TOTAL ACUMULADO: 105.027,40 M³ VOLUME ÚTIL ACUMULADO: 105.027,40 M³
SITUAÇÃO DO USO:	Em operação
FINALIDADE:	Irrigar as culturas de milho, tomate e feijão por Pivô Central
DESCARGA DE FUNDO:	TIPO: Sifão com tubo metálico DIÂMETRO: 0,10 METROS
CARACTERÍSTICAS DA(S) CAPTAÇÃO(ÕES):	VAZÃO CAPTADA (L/S): 8,0 Nº PROCESSO(S) DE OUTORGA: 12.733/2.013 Controle – 32.070

Parágrafo Único - Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão são de responsabilidade do usuário requerente/responsável(eis) técnico(s) e deverão ser executadas, no prazo de **02 (dois) ano(s)**, para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

Art. 2º - Fica o outorgado obrigado a:

- I. Manter o uso em perfeitas condições de estabilidade e segurança, respondendo pelos danos a que der causa, em relação ao meio ambiente e a terceiros;
- II. Responder, civilmente e criminalmente, por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente, bem como do uso inadequado que vier a fazer da outorga solicitada;